

DESPACHO

O Governo propôs-se, no Programa que submeteu à apreciação da Assembleia da República, promover a qualidade do sistema de ensino superior num quadro que garanta a sua integração no actual contexto europeu, assim como a qualificação dos portugueses no espaço europeu. Neste âmbito, e no actual quadro internacional, é imperativo que todo o nosso sistema de ensino superior, público e privado, universitário e politécnico, seja avaliado internacionalmente de forma independente, transparente e exigente, à luz de padrões internacionais, de modo a ser possível a reorganização da rede actual à luz dos desafios do futuro.

Naturalmente que qualquer exercício de avaliação deverá basear-se na experiência de avaliação adquirida pelas instituições de ensino superior ao longo da última década, a qual foi conduzida pelo Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNAVES), tendo envolvido reflexões profundas ao nível dos Conselhos de Avaliação respectivos, assim como um acervo considerável de pareceres do CNAVES que agora são tomados em consideração.

De facto, esse processo incluiu dois ciclos de avaliação dos cursos de ensino superior leccionados nos estabelecimentos públicos e privados, universitários e politécnicos, sendo notória a evolução muito positiva registada, como reconhecido em muitos dos pareceres do CNAVES. Adicionalmente, a avaliação internacional dos centros de investigação, nomeadamente de base universitária, implementada em Portugal desde 1996, pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, viria a consagrar novas práticas de avaliação na comunidade universitária, assim como uma cultura de avaliação e exposição internacional, que agora interessa estender a todo o sistema de ensino superior.

É neste contexto que importa complementar o actual sistema nacional de avaliação do ensino superior – que deve naturalmente prosseguir e reforçar-se – com um processo de avaliação internacional de todo o sistema, assim como estruturar um sistema de garantia de qualidade que responda às novas exigências que emergem no espaço europeu de ensino superior. De acordo com o Programa de Governo, esse sistema deve promover as

condições para o desenvolvimento de uma lógica de um sistema de ensino superior integrado internacionalmente, valorizando a articulação entre instituições com missões distintas e funções diversificadas e promovendo a sua autonomia. O Governo é favorável ao desenvolvimento de um sistema de ensino superior orientado para públicos necessariamente diversificados, no âmbito do qual a diversidade e flexibilidade devem ser orientadas a dois níveis, nomeadamente ao nível da especialização e ao nível do desempenho institucional. A coexistência de formações e ambientes de ensino e pesquisa de perfil típico daqueles tradicionalmente associados a universidades e de perfil tradicionalmente associado a politécnicos constitui uma riqueza de que não deveremos abdicar, a qual requer um relacionamento mais estreito de ambos os subsistemas universitário e politécnico com congéneres noutros países, nomeadamente na Europa, valorizando a excelência em ambos os subsistemas e a especificidade de cada um deles. Neste contexto, feita a experiência da avaliação de cursos superiores, universitários e politécnicos, públicos e privados, é tempo de ir mais além e de lhe acrescentar um sistema nacional de garantia de qualidade no ensino superior, reconhecido internacionalmente que abranja todas as suas instituições e que valorize as competências específicas de ambos os subsistemas.

De facto, a implementação de uma avaliação apropriada de nível internacional de todo o sistema de ensino superior e das suas instituições deve ser parte essencial de qualquer estratégia para que se garanta o seu reconhecimento nacional e internacional, assim como a total integração a nível europeu da rede de instituições de ensino superior português.

Note-se que a avaliação global do sistema de ensino superior está, aliás, prevista na lei que estabelece as bases do sistema de avaliação e acompanhamento das instituições de ensino superior – a Lei n.º 38/94, de 21 de Novembro (cf. o artigo 9.º, n.º 3) –, não tendo sido, no entanto, até ao momento, realizada de forma sistemática em Portugal.

Por outro lado, importa também apoiar todas as instituições, públicas e privadas, universitárias e politécnicas, no desenvolvimento contínuo dos respectivos procedimentos de garantia de qualidade, e ajudar a desenvolver um sistema nacional para a acreditação do ensino superior, com base nos melhores padrões e nas melhores práticas mundiais. A implementação de procedimentos apropriados de avaliação e de garantia de

qualidade deve ser parte essencial de qualquer estratégia de afirmação do sistema de ensino superior português na Área Europeia de Ensino Superior.

Considera-se assim que deve ser lançado um sistema voluntário de avaliação institucional segundo as melhores práticas internacionais.. Neste sentido, o Estado deve facultar um programa de co-financiamento dessas avaliações.

Nota-se que a obrigatoriedade de avaliação internacional externa das instituições de ensino superior portuguesas é um objectivo a concretizar no futuro e para o qual este processo voluntário se afigura desejável.

Pretende-se uma melhor relevância social e cultural para as formações e melhorar a sua qualidade. É também neste contexto que um exercício alargado de avaliação do sistema de ensino superior em Portugal deve contribuir para apoiar o sucesso escolar dos alunos, assim como deverá facilitar as aspirações de docentes e investigadores em Portugal no que respeita à sua valorização internacional.

Entende-se que na avaliação do sistema de ensino superior português devem ser envolvidas organizações internacionais de experiência e idoneidade reconhecidas. Por isso se considerou imprescindível a intervenção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), assim como da Rede Europeia para a Garantia da Qualidade no Ensino Superior (ENQA), da Associação Europeia das Universidades (AEU) e da Associação Europeia de Instituições de Ensino Superior (EURASHE). Estas são instituições com competências únicas no âmbito da avaliação dos sistemas e das instituições de ensino superior, tendo já levado a cabo avaliações em vários países europeus, que permitiram o desenvolvimento de abordagens metodológicas destinadas à avaliação da qualidade com especial incidência na capacidade de mudança das instituições (incluindo o respectivo planeamento estratégico e o acompanhamento interno da qualidade) e contribuíram para tornar as instituições e os sistemas mais adaptáveis e capazes de enfrentar as mudanças necessárias.

Assim, o exercício que agora se lança deve garantir o compromisso assumido no Programa de Governo de avaliar internacionalmente o sistema de ensino superior de

forma independente, transparente e exigente, sem prejuízo naturalmente da revisão da Lei de Avaliação e do enquadramento legal em vigor no que respeita ao sistema de garantia de qualidade do ensino superior, os quais o Governo se propõe rever durante a presente legislatura.

Considerando que incumbe ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior velar pela harmonia, coesão e credibilidade do sistema de avaliação e acompanhamento do sistema de ensino superior, assim como desencadear as acções necessárias a uma avaliação aprofundada e independente da área do ensino superior;

Considerando que incumbe ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior desencadear as acções necessárias à obtenção de propostas das reformas institucionais e orgânicas que melhor se adequem às recomendações que resultem da avaliação da área do ensino superior e promover a colaboração na elaboração e discussão dessas propostas;

Assim:

Após ouvido o CNAVES, o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), a Associação Portuguesa dos Estabelecimentos de Ensino Superior Privado (APESP) e a Direcção-Geral do Ensino Superior (DGES), e consultados representantes sindicais, assim como vários dirigentes e representantes de estudantes, determino o seguinte:

1.

1.1. A realização de uma análise integrada das conclusões e dos relatórios dos últimos ciclos de avaliação desenvolvidos no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, com os seguintes objectivos:

- a) Analisar a evolução, durante a última década, do desempenho do ensino superior português por área científica ou do saber, aconselhando sobre estratégias para otimizar o sistema de ensino superior, incluindo mecanismos de acesso e de saída do sistema, assim como a adopção de estratégias de combate ao insucesso e abandono escolares e a facilitação de oportunidades de emprego aos novos diplomados;

- b) Analisar a evolução, durante a última década, do processo de ensino/aprendizagem para as várias áreas científicas ou do saber, aconselhando sobre a estrutura de governação das actividades de ensino e de investigação, assim como os processos de desenvolvimento de carreiras (docente, investigação e não-docente) e as práticas de emprego científico, nomeadamente para jovens investigadores e docentes;
- c) Analisar a evolução, durante a última década, da interacção entre o sistema de ensino superior e os actores económicos e sociais, e aconselhar sobre formas de otimizar processos de ligação à sociedade das instituições de ensino superior;
- d) Analisar a evolução, durante a última década, das práticas de internacionalização dos cursos e do próprio sistema de ensino superior, incluindo a mobilidade de estudantes e docentes e a cooperação institucional.

1.2. Para efeitos do disposto no número anterior, solicitar ao Conselho Nacional para a Avaliação do Ensino Superior (CNAVES) a apresentação, até ao final do ano de 2005, de uma proposta de plano de trabalho e respectivo calendário para a concretização deste processo, nomeadamente em colaboração com as entidades representativas dos subsistemas de ensino superior, designadamente a Fundação de Universidades Portuguesas (FUP), a Associação dos Institutos Superiores Politécnicos Portugueses (ADISPOR) e a Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado (APESP), tendo aliás em conta os protocolos em vigor celebrados entre estas instituições e o Estado.

2. Complementar as práticas de avaliação em vigor com dois novos processos, de acordo com os termos de referência em anexo ao presente despacho, do qual fazem parte integrante:

- a) A avaliação global do sistema;
- b) A avaliação do sistema de garantia da qualidade e das práticas de acreditação.

3. A avaliação global do sistema de ensino superior português será realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e terá como principais objectivos:

- a) Avaliar o desempenho sistémico de todo o ensino superior português no contexto Europeu, aconselhando sobre estratégias de racionalização para todo o sistema de ensino superior;

- b) Aconselhar como o sistema de ensino superior pode responder aos novos desafios que emergem para Portugal no espaço europeu, nomeadamente sobre como o sistema de ensino superior contribui para a satisfação das necessidades sociais e económicas do país e da Europa, contribuindo para a qualificação da sociedade, e, consequentemente, sobre a missão que deve caber a cada um dos seus subsistemas;
- c) Avaliar os mecanismos de acesso e de saída do sistema de ensino superior, incluindo o tipo de diplomas disponíveis e a facilitação de oportunidades de emprego aos novos diplomados;
- d) Analisar o papel da investigação científica no ensino superior, assim como a estrutura de governação e as relações estabelecidas entre as instituições de ensino superior e as suas estruturas de investigação e desenvolvimento, incluindo os processos de desenvolvimento de carreiras (docente, investigação e não-docente) e as práticas de emprego científico, nomeadamente para jovens investigadores e docentes;
- e) Avaliar a estrutura de governação e as relações entre as instituições de ensino superior e as autoridades políticas nacionais;
- f) Avaliar os mecanismos de financiamento, os níveis de financiamento disponíveis e o grau de eficiência com que os recursos são utilizados;
- g) Aconselhar sobre como os esquemas de acreditação e de avaliação e a eficácia dos processos de qualidade internos e externos tomando como referência os padrões da Área Europeia de Ensino Superior;
- h) Avaliar a interacção entre o sistema de ensino superior e os actores económicos e sociais, e, em particular, analisar a sua contribuição para o desenvolvimento local e regional;
- i) Analisar e aconselhar sobre as práticas de internacionalização do próprio sistema de ensino superior, incluindo a mobilidade de estudantes e docentes e a cooperação institucional.

4. A avaliação do sistema da garantia da qualidade do sistema de ensino superior português será realizada sob a responsabilidade da Rede Europeia para a Garantia da Qualidade no Ensino Superior (ENQA), em coordenação com o Conselho Nacional para a Avaliação do Ensino Superior (CNAVES), e terá como principais objectivos:

- a) Avaliar as práticas de acreditação e de garantia da qualidade disponíveis;

- b) Avaliar as actividades das agências portuguesas de avaliação da qualidade, nomeadamente do CNAVES e das entidades representativas dos subsistemas de ensino superior, a Fundação de Universidades Portuguesas (FUP), a Associação dos Institutos Superiores Politécnicos Portugueses (ADISPOR) e a Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado (APESP), bem como os respectivos procedimentos;
- c) Avaliar as práticas de acreditação profissional disponíveis;
- d) Fazer recomendações que garantirão a instituição de um sistema nacional de acreditação e de práticas que vão ao encontro dos padrões e das directrizes para a garantia da qualidade na Área Europeia do Ensino Superior.

5. Os exercícios de avaliação referidos nos números anteriores devem estar concluídos até Dezembro de 2006.

6.

6.1. Estender os exercícios de avaliação referidos nos números anteriores através de um programa voluntário de avaliação institucional, de âmbito internacional, dos estabelecimentos portugueses de ensino superior universitários e politécnicos, público e privado, e suas unidades orgânicas, de acordo com os termos de referência em anexo ao presente despacho, do qual fazem parte integrante.

6.2. A avaliação institucional será realizada pela Associação Europeia das Universidades (AEU), nomeadamente em colaboração com a Associação Europeia de Instituições de Ensino Superior (EURASHE) e integrando peritos provenientes de sistemas não europeus, tais como os Estados Unidos e o Canadá, com experiência na avaliação dos ensinos universitário e politécnico, de uma forma que respeite as características intrínsecas e próprias de cada subsistema de ensino superior.

6.3. O programa de avaliação institucional visa permitir que os estabelecimentos portugueses de ensino superior, público e privado, e suas unidades orgânicas requeiram a sua própria avaliação internacional, incidindo designadamente sobre os seguintes pontos:

- a) As principais características, positivas e negativas, das instituições portuguesas de ensino superior no contexto europeu, bem como a respectiva eficácia e o correspondente estado de desenvolvimento;
- b) O nível de autonomia institucional e os mecanismos de governação e gestão, com sugestões para melhoria;
- c) A capacidade institucional para a adaptação e a mudança, com ênfase nas estratégias de resposta aos crescentes desafios postos às instituições de ensino superior;
- d) O acesso ao ensino superior, incluindo o modo como os estudantes são recrutados, os mecanismos de admissão e a medida em que as instituições respondem aos desafios emergentes da aprendizagem ao longo da vida e da necessidade de aumentarem a base de conhecimento da população portuguesa e de se abrirem a novos públicos;
- e) Os mecanismos de saída do sistema de ensino superior, incluindo o tipo e a relevância dos diplomas disponíveis;
- f) As metodologias e os procedimentos utilizados na distribuição dos recursos e o nível de financiamento;
- g) Recomendações para promover a racionalização e a diversificação das instituições.

6.4. Para efeitos do programa voluntário de avaliação institucional são os próprios estabelecimentos e suas unidades orgânicas a requerer a avaliação junto da AEU.

6.5. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, através da Direcção-Geral do Ensino Superior (DGES), nos termos de um Acordo a celebrar com a AEU, abre concurso anual para co-financiar os custos da avaliação institucional dos estabelecimentos de ensino superior, público e privado, e suas unidades orgânicas, que requeiram esse financiamento.

7. Criar um secretariado técnico nacional para:

- a) Promover a articulação entre as instituições relevantes de forma a garantir a elaboração coerente de um relatório de enquadramento com a informação julgada necessária sobre o sistema de ensino superior português, incluindo a legislação em vigor e a caracterização nomeadamente dos seguintes tópicos a fornecer à OCDE, à ENQA e à AEU:

- Acesso ao ensino superior;
 - Perfil e tendências da população estudantil;
 - Número, tipo, dimensão, localização geográfica e distribuição das instituições universitárias e politécnicas, públicas e privadas, respectivos programas e actividades em rede;
 - Infra-estruturas (tipo e qualidade) e capacidade instalada;
 - Mecanismos e níveis de financiamento;
 - Dados sobre a avaliação da qualidade dos cursos;
 - Avaliação da investigação e estatísticas;
 - Referência às avaliações anteriores;
- b) Apoiar o lançamento do programa voluntário de avaliação institucional;
- c) Apoiar supletivamente o CNAVES e as entidades representativas dos subsistemas de ensino superior na elaboração de um relatório de enquadramento com a informação necessária sobre as práticas anteriores e actuais de acreditação e avaliação do sistema de ensino superior português, o qual deve ser enviado à ENQA de acordo com os termos de referência em anexo ao presente despacho, do qual fazem parte integrante.

8.

8.1. O secretariado técnico nacional é integrado por personalidades a nomear por despacho do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

8.2. O apoio ao secretariado técnico nacional é prestado pela DGES, o Gabinete de Gestão Financeira da Ciência e do Ensino Superior (GEFCES), o Observatório da Ciência e do Ensino Superior (OCES), a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), o Gabinete de Relações Internacionais em Ciência e Ensino Superior (GRICES) e a Secretaria-Geral do MCTES.

8.3. O apoio logístico e administrativo ao secretariado técnico nacional é prestado pela DGES.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 21 de Novembro de 2005

O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

(José Mariano Gago)

ANEXO

TERMOS DE REFERÊNCIA

AVALIAÇÃO GLOBAL E AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS

1. Introdução

Será levada a cabo uma avaliação extensiva, independente e objectiva do sistema de ensino superior português de acordo com critérios internacionais, com o objectivo final de orientar a reorganização e racionalização do sistema. Esta avaliação está estruturada segundo duas tarefas principais, indicadas de seguida:

- Uma avaliação global do sistema de ensino superior e das respectivas políticas, examinando comparativamente o desempenho do sistema de ensino superior português em relação a outros países da OCDE, e fornecendo recomendações para o seu aperfeiçoamento.
- Uma avaliação dos actuais processos e práticas de garantia de qualidade, de acreditação e de avaliação do ensino superior, incluindo as actividades conduzidas pelo *Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior*, CNAVES.

Complementarmente, deverá ser lançado um processo voluntário de avaliação internacional dos estabelecimentos portugueses de ensino superior, público e privado, e suas unidades orgânicas, a requerer pelos próprios estabelecimentos e unidades orgânicas, com especial referência aos mecanismos de governo, regras de acesso, autonomia institucional, recursos financeiros, internacionalização e outras políticas de ensino superior relevantes.

O *Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior*, MCTES, tomou a iniciativa de promover este exercício de avaliação, cuja realização confiou a vários organismos internacionais. Os resultados finais da avaliação serão enviados ao MCTES. Este exercício não colide com as responsabilidades atribuídas às instituições de ensino superior e às instituições de garantia da qualidade abrangidas pela Lei de Avaliação (Lei n.º 38/94, de 21 de Novembro – cf. o artigo 9.º, n.º 3).

Este exercício foi concebido para assegurar que o sistema de ensino superior e os respectivos intervenientes retirem o máximo benefício de avaliações abrangentes elaboradas por equipas constituídas por experientes especialistas internacionais, e que os

procedimentos e processos realizados no âmbito do sistema de ensino superior português sejam equiparados às melhores práticas internacionais. O processo beneficiará, naturalmente, da experiência de avaliação adquirida pelas instituições de ensino superior ao longo da última década, a qual foi conduzida pelo CNAVES, tendo envolvido reflexões profundas ao nível dos Conselhos de Avaliação respectivos, assim como um acervo considerável de pareceres do CNAVES que agora são tomados em consideração.

A avaliação deverá ainda ser realizada de acordo com as orientações europeias para uma crescente internacionalização das abordagens e das agências de garantia da qualidade e acreditação, tal como estipulado no Relatório da *Rede Europeia de Garantia da Qualidade no Ensino Superior* (ENQA) “Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area” (2005) apresentado no encontro de Ministros realizado em Bergen, em 2005. A ENQA reconhece, nomeadamente, a necessidade de uma avaliação cíclica às agências nacionais seus membros, e recomenda que “qualquer agência europeia deverá conduzir, ou ser submetida, a intervalos nunca superiores a cinco anos, a uma avaliação externa cíclica aos seus processos e às suas actividades”.

A avaliação realiza-se num contexto mais alargado como em seguida indicado:

- O objectivo estratégico do Governo em garantir um sistema de ensino superior totalmente integrado a nível europeu, nomeadamente no que respeita à qualidade, aos níveis de participação e à empregabilidade dos licenciados;
- O compromisso do Governo em apoiar esforços para proteger e melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem académicos, de forma a favorecer a participação em redes internacionais de ensino superior, e de forma a permitir o reconhecimento total das instituições e dos graus de ensino superior portugueses;
- O reconhecimento, por parte do Governo, de que os desafios inerentes à garantia de qualidade, capacidade de resposta e competitividade internacional no âmbito do ensino superior são algumas das suas principais prioridades, face ao passado de níveis de expansão, mudança e diversidade sem precedentes no sector em Portugal;
- A estratégia do Governo em promover um sistema de ensino superior diversificado, capaz de atrair e de integrar públicos heterogéneos, designadamente adultos profissionalmente activos e que seja capaz de alargar o número total de estudantes em Portugal, de forma a promover a qualidade nos vários tipos de instituições politécnicas e universitárias;
- O compromisso do Governo em reconhecer a crescente importância da investigação, do desenvolvimento e da inovação na sociedade do conhecimento, aumentando o apoio à investigação e ao desenvolvimento, em especial no sector do ensino superior, para assim atingir os mais altos padrões de qualidade internacionais e promover a transferência dos resultados desta investigação para a sociedade. Tudo isto com o propósito de apoiar melhor o progresso social,

cultural e económico, e manter a ligação integral entre investigação e ensino e o seu desenvolvimento equilibrado nas instituições de ensino superior;

- O compromisso do Governo em desenvolver procedimentos e processos de garantia de qualidade, em consonância com as melhores práticas internacionais, e em facilitar a realização de avaliações da eficácia das agências de garantia de qualidade, dos respectivos procedimentos e dos resultados;
- O compromisso do Governo em melhorar o acesso de novos públicos ao ensino superior e aumentar a oferta de aprendizagem ao longo da vida.

2. Enquadramento legislativo

O Governo, através do MCTES, estabelece e implementa procedimentos para a garantia da qualidade, e providencia a avaliação da eficácia destes procedimentos, de acordo com a legislação sobre Avaliação (Lei n.º 38/94, de 21 de Novembro; Decreto-Lei n.º 205/98, de 11 de Julho; e Decreto-Lei n.º 88/2001, de 23 de Março), e outros instrumentos legislativos em vigor aquando da realização da avaliação.

O CNAVES tem a função estatutária (Decreto-Lei n.º 205/98, de 11 de Julho) de dar apoio e assegurar a credibilidade do processo de avaliação do ensino superior, bem como a de avaliar e divulgar os procedimentos de garantia da qualidade.

A Lei de Avaliação (Lei n.º 38/94, de 21 de Novembro) determina que a avaliação do ensino superior inclua procedimentos de avaliação interna e externa, estando estes últimos a cargo de “Instituições Representativas” das quais fazem parte:

- A *Fundação de Universidades Portuguesas*, FUP;
- A *Associação dos Institutos Superiores Politécnicos Portugueses*, ADISPOR;
- A *Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado*, APESP.

Além disto, estes procedimentos devem ser complementados com uma avaliação global do sistema de ensino superior (Lei n.º 38/94 de 21 de Novembro – cf. o artigo 9.º, n.º 3), que nunca foi efectuada.

A acreditação das instituições de ensino superior foi atribuída (v. a Lei n.º 1/2003, de 6 de Janeiro – cf. o artigo 36.º, n.º 2) às Instituições também responsáveis pelo processo de avaliação, ainda que a sua prática não tenha sido regulamentada e, portanto, não pudesse ser implementada. Como resultado, torna-se necessário que a acreditação das instituições de ensino superior seja delineada, regulamentada e implementada, de acordo com as actuais tendências europeias e internacionais.

O MCTES e o CNAVES têm, em relação à garantia da qualidade, mandatos distintos mas complementares. Ao planear e implementar esta avaliação por organizações

internacionais, garantindo a sua total independência, após ouvido o CNAVES, o MCTES tem como o objectivo atingir o máximo benefício para o sistema e para a defesa do interesse público.

3. Organização

A avaliação internacional do sistema de ensino superior português será estruturada nas duas tarefas principais indicadas de seguida:

- **Tarefa n.º 1.** A *Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico*, OCDE, ficará encarregue da avaliação global do sistema de ensino superior português, bem como das respectivas políticas, incluindo a sua dimensão sistémica, as suas forças e fraquezas no contexto europeu, a sua eficiência e o seu estado de desenvolvimento; da avaliação do tipo e da dimensão das instituições de ensino superior portuguesas, bem como das medidas a serem tomadas para promover a racionalização do sistema; da estrutura governativa do sistema de ensino superior português; o enquadramento actual de regulação, incluindo os recursos financeiros, a avaliação e acreditação, bem como as medidas a serem tomadas para clarificar o papel do governo e das instituições governamentais no sistema de ensino superior. Serão igualmente avaliados os procedimentos de acesso ao ensino superior, as recomendações sobre os procedimentos, tendo em vista ajudar à abertura do ensino superior a novos públicos e a promover a aprendizagem ao longo da vida, de uma forma que melhore as qualificações da população portuguesa no contexto europeu.
- **Tarefa n.º 2.** A *Rede Europeia para a Garantia da Qualidade no Ensino Superior*, ENQA, será responsável pela nomeação de uma equipa de avaliadores internacionais para: i) avaliar os actuais e anteriores processos e práticas de garantia de qualidade, de acreditação e de avaliação do ensino superior; ii) avaliar as actividades conduzidas e coordenadas pelo CNAVES e pelas Instituições Representativas dos subsistemas de ensino superior; e iii) fornecer as recomendações que assegurarão o estabelecimento de um sistema nacional de acreditação e das suas práticas de acordo com os padrões e as linhas de orientação para a garantia da qualidade em vigor na Área Europeia de Ensino Superior.

Complementarmente a estas duas tarefas, será lançado um processo voluntário de avaliação institucional, o qual deverá vir a ser da responsabilidade das próprias instituições e de âmbito plurianual. O apoio público para estas avaliações deverá ser anualmente avaliado com base em concurso público, ao qual as instituições deverão concorrer. A avaliação será conduzida pela *Associação Europeia das Universidades* (AEU), em colaboração com a *Associação Europeia de Instituições de Ensino Superior* (EURASHE) e integrando peritos provenientes de sistemas não europeus, tais como os Estados Unidos e o Canadá, com competências na avaliação de sistemas universitários e politécnicos. A

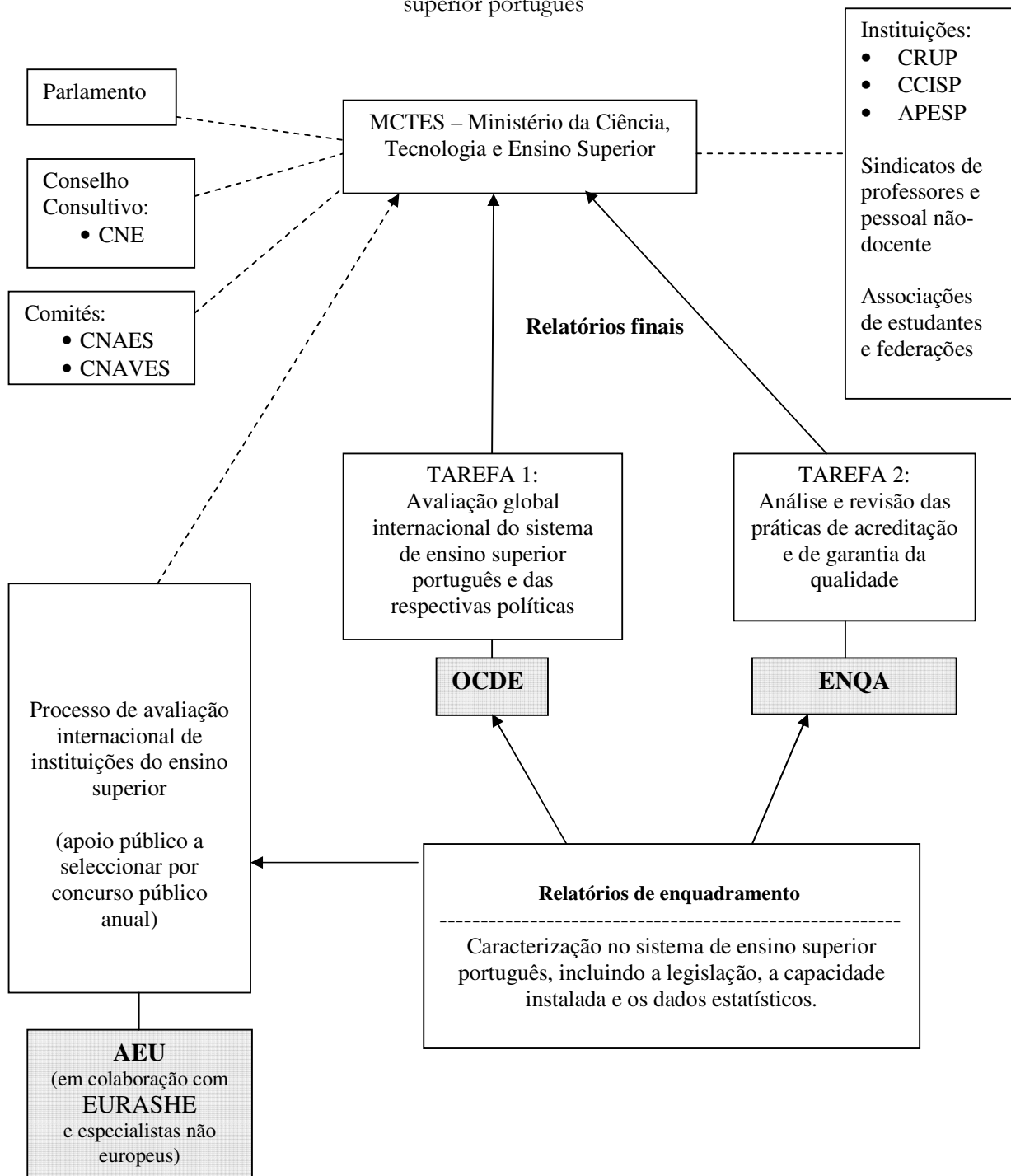
avaliação incidirá, particularmente, sobre os mecanismos de governação, as regras de acesso, a autonomia institucional, os recursos financeiros, a internacionalização e outras políticas relevantes de ensino superior.

Este exercício complementar abordará os seguintes tópicos:

- O acesso ao ensino superior, incluindo o modo como os estudantes são recrutados, os mecanismos de admissão e a medida em que responderam aos desafios emergentes da aprendizagem ao longo da vida, e a necessidade de aumentar a base de conhecimento da população portuguesa;
- O número, tipo, dimensão, capacidade, localização geográfica e distribuição das instituições de ensino superior, bem como os respectivos programas e actividades em rede;
- Os mecanismos de saída do sistema de ensino superior, incluindo o tipo de diplomas disponíveis e a facilitação de oportunidades de emprego aos novos diplomados;
- A estrutura de governação e as relações estabelecidas entre as instituições de ensino superior e as autoridades políticas nacionais;
- O papel da investigação científica no ensino superior, assim como a estrutura de governação e as relações estabelecidas entre as instituições de ensino superior e as suas estruturas de investigação e desenvolvimento;
- Os mecanismos e os níveis de financiamento e a eficiência no seu uso;
- Os processos de desenvolvimento de carreiras (docente, investigação e não-docente) e as práticas de emprego científico, nomeadamente para jovens investigadores e docentes;
- Os esquemas de avaliação e a eficácia dos processos de qualidade externos e internos;
- Os procedimentos de acreditação e seus resultados.

O trabalho das agências responsáveis pela avaliação global e pela avaliação da qualidade do sistema de ensino superior português será apoiado pelo MCTES através de um secretariado técnico nacional, o qual trabalhará em colaboração com o CNAVES e com o apoio do *Observatório da Ciência e do Ensino Superior (OCES)*, da *Direcção-Geral do Ensino Superior (DGES)*, do *Gabinete de Gestão Financeira da Ciência e do Ensino Superior (GEFCES)*, da *Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)*, assim como outras agências governamentais.

Figura 1: Organização da avaliação global e avaliação da qualidade do sistema de ensino superior português



AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL PELA OCDE

1. Introdução

Será levada a cabo uma avaliação extensiva, independente e objectiva do sistema de ensino superior português, de acordo com critérios internacionais, com o objectivo final de orientar a reorganização e racionalização do sistema.

Esta análise do sistema do ensino superior e das respectivas políticas examinará o desempenho do sistema de ensino superior português comparando-o com outros países da OCDE e fornecerá recomendações para o seu aperfeiçoamento.

O *Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior*, MCTES, tomou a iniciativa de promover esta avaliação, cuja realização confiou à OCDE. Os resultados da avaliação serão enviados ao MCTES. O exercício não colide com as responsabilidades atribuídas às instituições de ensino superior e às instituições de garantia da qualidade abrangidas pela Lei de Avaliação (Lei n.º 38/94, de 21 de Novembro – cf. o artigo 9.º, n.º 3).

Esta análise será realizada sob a égide do Programa de trabalhos do Comité de Educação, item 2.1.2. Avaliação e Melhoria dos Resultados de Aprendizagem, como parte dos resultados produzidos pelas “avaliações por peritos da política educativa”.

Este exercício foi concebido para assegurar que o sistema de ensino superior e os respectivos intervenientes retirem o máximo benefício de avaliações abrangentes, elaboradas por equipas constituídas por experientes especialistas internacionais, e que os procedimentos e processos realizados no âmbito do sistema de ensino superior português sejam equiparados às melhores práticas internacionais.

Os resultados da avaliação serão usados pelo Governo como uma contribuição para o processo de tomada de decisão em relação à reforma do ensino superior português. Em geral, a avaliação realiza-se num contexto mais alargado, como em seguida se indica:

- O objectivo estratégico do Governo em garantir um sistema de ensino superior totalmente integrado a nível europeu, nomeadamente no que respeita à qualidade, aos níveis de participação e à empregabilidade dos licenciados;
- O compromisso do Governo em apoiar esforços para proteger e melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem académicos, de forma a favorecer a participação em redes internacionais de ensino superior, e de forma a permitir o reconhecimento total das instituições e dos graus de ensino superior portugueses;

- O reconhecimento, por parte do Governo, de que os desafios inerentes à manutenção da qualidade, responsividade e competitividade no âmbito do ensino superior são a principal prioridade, face ao passado de níveis de expansão, mudança e diversidade sem precedentes no sector em Portugal;
- A estratégia do Governo em promover um sistema de ensino superior diversificado, que abranja públicos heterogéneos e que seja capaz de alargar o número total de estudantes em Portugal, de forma a permitir promover a qualidade nos vários tipos de instituições (i. e., politécnicas ou universitárias);
- O compromisso do Governo em reconhecer a crescente importância da investigação, do desenvolvimento e da inovação na sociedade do conhecimento, no sentido de aumentar o apoio à investigação e ao desenvolvimento no sector do ensino superior, para assim atingir os mais altos padrões de qualidade internacionais e promover a transferência dos resultados desta investigação. Tudo isto com o propósito de apoiar melhor o progresso social, cultural e económico, e manter a ligação integral entre investigação e ensino e o seu desenvolvimento equilibrado nas instituições de ensino superior;
- O compromisso do Governo em desenvolver procedimentos e processos de garantia de qualidade, em consonância com as melhores práticas internacionais, e em facilitar a realização de avaliações da eficácia das agências de garantia de qualidade, dos respectivos procedimentos e dos resultados;
- O compromisso do Governo em melhorar o acesso de novos públicos ao ensino superior e aumentar a oferta de aprendizagem ao longo da vida.

O objectivo último deste processo é o de apoiar as autoridades portuguesas na implementação das necessárias reformas do sistema, incluindo a definição da rede de instituições de ensino superior e dos programas de estudo, alargando a participação a públicos não tradicionais e promovendo actividades de aprendizagem ao longo da vida, no sentido de desenvolver um sistema nacional de ensino superior, de acordo com os melhores conceitos a nível mundial.

2. Enquadramento legislativo

O Governo, através do MCTES, estabelece e implementa procedimentos para a garantia da qualidade, e providencia a avaliação da eficácia destes procedimentos, de acordo com a Lei da Avaliação (Lei n.º 38/94, de 21 de Novembro; Decreto-Lei n.º 205/98, de 11 de Julho; e Decreto-Lei n.º 88/2001, de 23 de Março), e outros instrumentos legislativos em vigor aquando da realização da avaliação.

O CNAVES tem a função estatutária (Decreto-Lei n.º 205/98, de 11 de Julho) de dar apoio e assegurar a credibilidade do processo de avaliação do ensino superior, bem como a de avaliar e divulgar os procedimentos de garantia da qualidade.

A Lei de Avaliação (Lei n.º 38/94, de 21 de Novembro) determina que a avaliação do ensino superior inclua procedimentos de avaliação interna e externa, estando estes últimos a cargo de “Instituições Representativas”, das quais fazem parte:

- A *Fundação de Universidades Portuguesas*, FUP;
- A *Associação dos Institutos Superiores Politécnicos Portugueses*, ADISPOR;
- A *Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado*, APESP.

Além disto, estes procedimentos devem ser complementados com uma avaliação global do sistema de ensino superior (Lei n.º 38/94 de 21 de Novembro – cf. o artigo 9.º, n.º 3), que nunca foi efectuada.

A acreditação das instituições de ensino superior foi atribuída (v. a Lei n.º 1/2003, de 6 de Janeiro – cf. o artigo 36.º, n.º 2) às “Instituições Representativas” anteriormente responsáveis pelo processo de avaliação, ainda que a sua prática não tenha sido regulamentada e, portanto, não pudesse ser implementada. Como resultado, torna-se necessário que a acreditação das instituições de ensino superior seja delineada, regulamentada e implementada, de acordo com as actuais tendências europeias e internacionais.

3. Objectivos

A avaliação internacional global do sistema do ensino superior português procura:

- Avaliar o desempenho sistémico de todo o ensino superior português no contexto Europeu, aconselhando sobre estratégias de racionalização para todo o sistema de ensino superior;
- Aconselhar como o sistema pode responder aos novos desafios que emergem para Portugal no espaço europeu, nomeadamente sobre como o sistema de ensino superior contribui para a satisfação das necessidades sociais e económicas do país e da Europa, contribuindo para a qualificação da sociedade;
- Avaliar os mecanismos de acesso e de saída do sistema de ensino superior, incluindo o tipo de diplomas disponíveis e a facilitação de oportunidades de emprego aos novos diplomados;
- Analisar o papel da investigação científica no ensino superior, assim como a estrutura de governação e as relações estabelecidas entre as instituições de ensino superior e as suas estruturas de investigação e desenvolvimento, incluindo os processos de desenvolvimento de carreiras (docente, investigação e não-docente) e as práticas de emprego científico, nomeadamente para jovens investigadores e docentes;
- Avaliar a estrutura de governação e as relações entre as instituições de ensino superior e as autoridades políticas nacionais;

- Avaliar os mecanismos de financiamento, os níveis de financiamento disponíveis e o grau de eficiência com que os recursos são utilizados;
- Aconselhar sobre como os esquemas de acreditação e de avaliação e a eficácia dos processos de qualidade internos e externos podem atingir os padrões da Área Europeia de Ensino Superior;
- Avaliar a interacção entre o sistema de ensino superior e os actores económicos e sociais, e, em particular, analisar a sua contribuição para o desenvolvimento local e regional;
- Analisar e aconselhar sobre as práticas de internacionalização do próprio sistema de ensino superior, incluindo a mobilidade de estudantes e docentes e a cooperação institucional.

Mais especificamente, a avaliação deverá ter em conta, entre outras, as seis áreas principais que a seguir se indicam:

1. A avaliação estratégica do sistema de ensino superior, destacando, nomeadamente:
 - A instituição de mecanismos para alcançar o equilíbrio correcto entre as várias componentes do sistema, que levará a uma estratégia comum para o ensino terciário em Portugal;
 - A satisfação das exigências de especialização e competição baseadas nas complementaridades do sistema, preservando simultaneamente os diferentes papéis das várias instituições;
2. A governação e a gestão das instituições de ensino superior incluindo os processos de garantia da qualidade;
3. A gestão estratégica da investigação e do desenvolvimento e da inovação nas instituições de ensino superior, nomeadamente nas instituições politécnicas;
4. A questão do acesso justo ao sistema de ensino terciário, e da participação no mesmo, incluindo a selecção de estudantes oriundos de outros sistemas de ensino que não o secundário;
5. O reforço das oportunidades de emprego para licenciados provenientes tanto das universidades como dos politécnicos;
6. As necessidades de investimento no ensino superior.

4. Termos de referência

A avaliação levada a cabo pela OCDE avaliará até que ponto o sistema de ensino superior português vai ao encontro dos objectivos estratégicos de Portugal estabelecidos para o sector, e proporá recomendações para progressos futuros. A avaliação examinará o papel das instituições de ensino superior enquanto centros de ensino, de conhecimento e de investigação no que respeita às suas responsabilidades públicas, sociais e económicas, e considerará a interface entre os sectores de ensino superior e complementar de modo a satisfazer todas estas necessidades. Serão aspectos chave desta

avaliação discutir a capacidade do sector do ensino superior para promover a educação ao longo da vida e a transição para a sociedade do conhecimento, para transferir o conhecimento e a tecnologia para a economia e para a sociedade e para responder aos desafios internacionais das instituições de investigação e de ensino. A avaliação fornecerá recomendações para assegurar que o sistema nacional de garantia da qualidade, bem como as respectivas práticas, atingirão os padrões da Área Europeia de Ensino Superior.

O secretariado técnico nacional deverá ser responsável pelo fornecimento à OCDE de um relatório de enquadramento (Abril de 2006) com a informação necessária acerca do sistema de ensino superior português, incluindo a legislação, a capacidade instalada e dados estatísticos. Este relatório inclui a caracterização do número, do tipo, da dimensão, da localização geográfica e da distribuição das instituições de ensino superior, bem como dos respectivos programas de estudo e das actividades em rede, incluindo instituições universitárias e politécnicas, públicas e privadas, visando, pelo menos, os seguintes tópicos:

- Acesso ao ensino superior;
- Perfil da população estudantil;
- Número, tipo, dimensão e localização das instituições e dos respectivos programas;
- Infra-estruturas (tipo e qualidade) e capacidade instalada;
- Tendência da população estudantil;
- Mecanismos e níveis de financiamento;
- Dados sobre a avaliação da qualidade dos cursos;
- Avaliação da investigação e estatísticas;
- Referência às avaliações anteriores.

A avaliação examinará, mais especificamente, as questões e as opções políticas nas áreas de seguida indicadas:

- **Papel do ensino superior:** a necessidade de assegurar que o sector do ensino superior contribui de forma adequada para a promoção do conhecimento em Portugal, desenvolvendo todo o potencial dos estudantes, ao mesmo tempo que se mostra aberto e flexível em satisfazer a crescente diversidade de necessidades e exigências associadas à sociedade de conhecimento, à aprendizagem ao longo da vida, à globalização, à satisfação das necessidades das economias nacionais e regionais e das comunidades locais, juntamente com a contribuição para a coesão social e a equidade e para manter a identidade cultural do país.
- **Gestão estratégica e estrutura:** as estruturas e a organização para o planeamento estratégico dinâmico global e a gestão do sector de ensino superior, tendo em conta as necessidades de:

- Abordar de forma integrada e coesa o desenvolvimento dos papéis das diferentes instituições de ensino superior, e entre estas instituições e os provedores de ensino complementar;
 - Produzir de forma sistemática e sustentada elementos para a formulação e avaliação das principais áreas do ensino superior e políticas de investigação e de planeamento por parte das principais agências e interesses nas áreas interligadas do desenvolvimento económico, social e cultural;
 - Abordar de forma efectiva a apresentação de estratégias fundamentais, incluindo a promoção da equidade do acesso, a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, antecipando habilitações futuras e necessidades em investigação para o desenvolvimento económico e social, e o desenvolvimento de uma maior transparência de procedimentos, sistémica e institucional no ensino superior.
- **Ensino e aprendizagem:** o modo como as instituições no sector de ensino superior podem responder melhor às necessidades dos estudantes, através da utilização de sistemas de garantia da qualidade apropriados para apoiar uma maior qualidade de ensino e aprendizagem, facilitando níveis mais elevados de participação e de sucesso, e desenvolvendo abordagens novas e inovadoras para uma concepção e prestação de serviços académicos e de outros tipos mais centrada no aluno.
 - **Investigação e desenvolvimento:** dada a crescente importância da investigação, do desenvolvimento e da inovação no âmbito da sociedade do conhecimento, será analisado o modo como a investigação e o desenvolvimento no ensino superior podem ser melhor sustentados e desenvolvidos para atingir os mais altos padrões de qualidade internacionais. Será, igualmente, analisada qual a melhor forma de aplicar os resultados deste conhecimento no apoio ao progresso social, cultural e económico, tendo em vista a ligação integral entre investigação e ensino e o respectivo desenvolvimento equilibrado nas instituições.
 - **Investimento e financiamento:** análise das potenciais abordagens à repartição de recursos ao sector do ensino superior e às instituições que melhor permitam alcançar os objectivos estratégicos do sector, tendo em conta as exigências de governação, prestação de contas, eficiência e eficácia associados aos altos níveis de investimento público no sector, aos interesses gerais das políticas públicas e aos princípios de liberdade académica e autonomia institucional.
 - **Competitividade internacional:** no contexto da crescente internacionalização e mobilidade dos estudantes e da necessidade de proporcionar um sistema de ensino superior diversificado e de nível mundial, tanto na pré como na pós-graduação, analisar a forma como pode ser desenvolvida uma massa crítica e padrões de qualidade consistentemente elevados, tendo em vista a promoção de uma melhor colaboração inter-institucional, num meio competitivo, nacional e internacional.

A avaliação levada a cabo pela OCDE deverá ser revista após 2 anos da sua conclusão, de forma a garantir uma análise periódica da OCDE ao sistema de ensino superior em Portugal.

Calendarização

A calendarização pode ser revista por mútuo acordo. A sessão final de avaliação será agendada de acordo com o Comité de Educação.

Resultados:

Relatório preliminar (Outubro de 2006)

A equipa de avaliação da OCDE submeterá ao MCTES e ao secretariado técnico nacional um relatório preliminar acerca da avaliação internacional global do sistema português de ensino superior e das políticas inerentes ao mesmo. Poderão estar incluídos neste relatório dados provenientes das equipas de avaliação da ENQA e da AEU, quando tal se considere relevante. Eventuais comentários poderão ser feitos pelo secretariado técnico nacional.

Relatório final (Dezembro de 2006)

A equipa de avaliação da OCDE submeterá ao MCTES e ao secretariado técnico nacional um relatório final onde constará a avaliação do sistema de ensino superior português.

AVALIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE ACREDITAÇÃO E DE GARANTIA DA QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS A CONDUZIR PELA ENQA

1. Introdução

Na declaração de Bolonha, os ministros europeus destacaram a necessidade de melhorar a cooperação na garantia da qualidade do ensino superior. A Declaração menciona a cooperação na área da avaliação da qualidade na Europa. Cada vez mais países estão a adoptar a acreditação como uma ferramenta para realçar a transparência. No seguimento da Conferência de Bergen, em Maio de 2005, o Processo de Bolonha considera a convergência das práticas de garantia da qualidade como um meio para alcançar os objectivos determinados pelos Estados signatários.

O problema com o processo de Bolonha pode bem ser, no entanto, conduzir o Governo português e os outros Governos europeus em direcção a uma solução comum em termos formais, podendo encontrar pouco eco nas realidades das estratégias nacionais no que diz respeito à garantia da qualidade. Uma destas realidades pode estar ligada ao notável crescimento nos anos recentes nos domínios da educação transnacional e do que é denominado como novas modalidades de ensino: programas de educação à distância, pólos universitários, *franchises*, entre outros. A identificação de estratégias relevantes será um desafio num futuro próximo. A lista dos cenários possíveis pode incluir:

- Estratégias nacionais, com ênfase na regulação para importadores e exportadores de educação;
- Estratégias internacionais ou regionais baseadas na garantia da qualidade supranacional ou no meta-reconhecimento de organismos nacionais criados;
- Multi-acreditação que implique ou o reconhecimento internacional das organizações nacionais de avaliação e das estruturas de educação, ou o reconhecimento nacional de uma organização de acreditação estrangeira.

O *Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior*, MCTES, patrocina este exercício de avaliação. O exercício não colide com as responsabilidades atribuídas às instituições de ensino superior e às instituições de garantia da qualidade abrangidas pela Lei de Avaliação (Lei n.º 38/94, de 21 de Novembro – cf. o artigo 9.º, n.º 3), sendo realizado em coordenação com o CNAVES. O processo beneficiará, naturalmente, das reflexões realizadas ao nível dos Conselhos de Avaliação do CNAVES, e do acervo considerável de pareceres do CNAVES que agora deverão ser tomados em consideração.

Este exercício foi concebido para assegurar que o sistema de ensino superior e os respectivos intervenientes retirem o máximo benefício de avaliações abrangentes,

elaboradas por equipas constituídas por experientes especialistas internacionais, e que os procedimentos e processos em prática no âmbito do sistema de ensino superior português sejam equiparados às melhores práticas internacionais.

Neste âmbito, a avaliação realiza-se no seguinte contexto:

- O objectivo estratégico do Governo em garantir um sistema de ensino superior totalmente integrado a nível europeu, nomeadamente no que respeita à qualidade, aos níveis de participação e à empregabilidade dos licenciados;
- O compromisso do Governo em apoiar esforços para proteger e melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem académicos, de forma a favorecer a participação em redes internacionais de ensino superior, e de forma a permitir o reconhecimento total das instituições e dos graus de ensino superior portugueses;
- O reconhecimento, por parte do Governo, de que os desafios inerentes à manutenção da qualidade, responsividade e competitividade no âmbito do ensino superior são a principal prioridade, face ao passado de níveis de expansão, mudança e diversidade sem precedentes no sector em Portugal;
- A estratégia do Governo em promover um sistema de ensino superior diversificado, que abranja públicos heterogéneos e que seja capaz de alargar o número total de estudantes em Portugal, de forma a permitir promover a qualidade nos vários tipos de instituições (i. e., politécnicas ou universitárias);
- O compromisso do Governo em reconhecer a crescente importância da investigação, do desenvolvimento e da inovação na sociedade do conhecimento, no sentido de aumentar o apoio à investigação e ao desenvolvimento no sector do ensino superior, para assim atingir os mais altos padrões de qualidade internacionais e promover a transferência dos resultados desta investigação. Tudo isto com o propósito de apoiar melhor o progresso social, cultural e económico, e manter a ligação integral entre investigação e ensino e o seu desenvolvimento equilibrado nas instituições de ensino superior;
- O compromisso do Governo em desenvolver procedimentos e processos de garantia de qualidade, em consonância com as melhores práticas internacionais, e em facilitar a realização de avaliações da eficácia das agências de garantia de qualidade, dos respectivos procedimentos e dos resultados;
- O compromisso do Governo em melhorar o acesso de novos públicos ao ensino superior e aumentar a oferta de aprendizagem ao longo da vida.

2. Enquadramento legislativo

O Governo, através do MCTES, estabelece e implementa procedimentos para a garantia da qualidade, e providencia a avaliação da eficácia destes procedimentos, de acordo com a Lei da Avaliação (Lei n.º 38/94, de 21 de Novembro; Decreto-Lei n.º 205/98, de 11 de

Julho; e Decreto-Lei n.º 88/2001, de 23 de Março), e outros instrumentos legislativos em vigor aquando da realização da avaliação.

O CNAVES tem a função estatutária (Decreto-Lei n.º 205/98, de 11 de Julho) de dar apoio e assegurar a credibilidade do processo de avaliação do ensino superior, bem como a de avaliar e divulgar os procedimentos de garantia da qualidade.

A Lei de Avaliação (Lei n.º 38/94, de 21 de Novembro) determina que a avaliação do ensino superior inclua procedimentos de avaliação interna e externa, estando esta última a cargo de “Instituições Representativas”, das quais fazem parte:

- A *Fundação de Universidades Portuguesas*, FUP;
- A *Associação dos Institutos Superiores Politécnicos Portugueses*, ADISPOR;
- A *Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado*, APESP.

Além disto, estes procedimentos devem ser complementados com uma avaliação global do sistema de ensino superior (Lei n.º 38/94 de 21 de Novembro – cf. o artigo 9.º, n.º 3), que nunca foi efectuada.

A acreditação das instituições de ensino superior foi atribuída (v. a Lei n.º 1/2003, de 6 de Janeiro – cf. o artigo 36.º, n.º 2) às “Instituições Representativas” anteriormente responsáveis pelo processo de avaliação, ainda que a sua prática não tenha sido regulamentada e, portanto, não pudesse ser implementada. Como resultado, torna-se necessário que a acreditação das instituições de ensino superior seja delineada, regulamentada e implementada, de acordo com as actuais tendências europeias e internacionais.

3. Objectivos

O exercício de avaliação examinará os seguintes aspectos:

- Avaliação das práticas de acreditação e de garantia da qualidade disponíveis;
- Avaliação das actividades do *Conselho Nacional para a Avaliação do Ensino Superior*, CNAVES, e das “Instituições Representativas”, bem como dos respectivos procedimentos;
- Avaliação das práticas de acreditação profissional disponíveis;
- Recomendações que garantirão a instituição de um sistema nacional de acreditação e de práticas que vão ao encontro dos padrões e das directrizes para a garantia da qualidade na Área Europeia do Ensino Superior, como adoptado na Conferência de Bergen de Maio de 2005.

A avaliação deverá ser realizada de acordo com as orientações europeias para uma crescente internacionalização das agências de garantia da qualidade e acreditação e das

suas práticas, tal como estipulado no Relatório da Rede Europeia de Garantia da Qualidade no Ensino Superior (ENQA) “Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area” (2005) apresentado no encontro de ministerial realizado em Bergen, em 2005. A ENQA reconhece, nomeadamente, a necessidade de uma avaliação cíclica às agências nacionais seus membros, e recomenda que “qualquer agência europeia deverá conduzir, ou ser submetida, em intervalos nunca superiores a cinco anos, a uma avaliação externa cíclica aos seus processos e às suas actividades”.

4. Termos de referência

A *Rede Europeia de Garantia de Qualidade no Ensino Superior*, ENQA, nomeará uma Comissão Internacional de Avaliação para avaliar as actividades do CNAVES e das Instituições Representativas, assim como o sistema Português de garantia da qualidade e as respectivas práticas de acreditação. Essa Comissão será responsável, em nome da ENQA, pela preparação de recomendações destinadas a ir ao encontro dos padrões e directrizes para a garantia da qualidade estipuladas para a Área Europeia do Ensino Superior.

Os principais objectivos desta tarefa são:

- Avaliar o sistema de acreditação e de garantia da qualidade do ensino superior português e as práticas com ele relacionadas;
- Aconselhar o CNAVES e o MCTES sobre as estruturas académicas e de gestão apropriada para implementar práticas adequadas de garantia de qualidade e de acreditação;
- Difundir a ideia de que a qualidade é um valor fundamental integrado nas principais actividades de investigação, ensino e administrativas das instituições de ensino superior;
- Monitorizar e avaliar o impacto da abordagem das instituições de ensino superior à garantia da qualidade e à melhoria das suas operações;
- Fornecer recomendações para fazer cumprir os padrões europeus para os organismos de qualidade / acreditação na AEES.

Directrizes e obrigações

O CNAVES e as Instituições Representativas (FUP, ADISPOR, APESP) cooperarão com o MCTES no exercício de avaliação e prepararão um relatório de auto-avaliação. A ENQA fornecerá um guião contendo as instruções que o CNAVES e as entidades representativas necessitam ter em conta na preparação dos relatórios de auto-avaliação, bem como outros itens do processo de avaliação.

Resultados:**Relatório preliminar**

A ENQA submeterá ao CNAVES e às entidades representativas dos subsistemas de ensino superior (a FUP, a ADISPOR e a APESP) um relatório preliminar onde constarão os resultados da avaliação dos organismos de qualidade e de acreditação, bem como das respectivas práticas, determinando o prazo dentro do qual o CNAVES e as entidades representativas poderão comentar.

Relatório final

A ENQA submeterá ao MCTES e ao CNAVES um relatório final onde constarão os resultados da avaliação dos organismos portugueses de qualidade e das respectivas práticas de acreditação e de garantia da qualidade. O relatório incluirá também recomendações para o aperfeiçoamento dos organismos de qualidade / acreditação, para que estes dêem cumprimento às normas europeias. O CNAVES disponibilizará publicamente o relatório final e organizará a discussão pública do mesmo.

AVALIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PORTUGUESAS PELA AEU (ASSOCIAÇÃO EUROPEIA DAS UNIVERSIDADES)

1. Introdução

Será iniciado um processo voluntário de avaliação abrangente, independente e objectiva de instituições de ensino superior portuguesas (universidades e politécnicos, públicos e privados) de acordo com critérios internacionais, tendo em especial atenção os mecanismos de governação, as regras de acesso, a autonomia institucional, os recursos financeiros, a internacionalização e outras políticas de ensino superior relevantes.

Este exercício de avaliação complementa as responsabilidades atribuídas às instituições de ensino superior e às instituições de garantia da qualidade abrangidas pela Lei da Avaliação (Lei n.º 38/94, de 21 de Novembro – cf. o artigo 9.º, n.º 3). O objectivo é facilitar aos estabelecimentos portugueses de ensino superior, público e privado, e suas unidades orgânicas, uma maior experiência em rotinas de avaliação institucional, de acordo com as melhores práticas europeias.

A AEU é a principal agência europeia de avaliação institucional e efectuou já um grande número de avaliações, não só na Europa, mas também noutros continentes (América do Norte, América Latina e África). Foram já avaliadas pela AEU algumas universidades portuguesas¹, e, de entre elas, algumas realizaram já um processo de acompanhamento periódico (i.e., “follow-up”).

Assim, o MCTES facilitará o lançamento de um programa voluntário de avaliação institucional dos estabelecimentos portugueses de ensino superior, público e privado, e suas unidades orgânicas, que pretendam adquirir experiência a nível da avaliação institucional, bem como submeter-se a uma avaliação institucional de âmbito internacional pela AEU.

Este exercício foi concebido para assegurar que o sistema de ensino superior e os respectivos intervenientes retirem o máximo benefício de avaliações abrangentes, elaboradas por equipas constituídas por experientes especialistas internacionais, e que os procedimentos e processos realizados no âmbito do sistema de ensino superior português sejam equiparados às melhores práticas internacionais.

¹ Universidade de Aveiro, Universidade do Minho, Universidade Católica Portuguesa, Universidade de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Universidade do Porto e Universidade do Algarve.

Neste âmbito, a avaliação realiza-se no seguinte contexto:

- O objectivo estratégico do Governo em garantir um sistema de ensino superior totalmente integrado a nível europeu, nomeadamente no que respeita à qualidade, aos níveis de participação e à empregabilidade dos licenciados;
- O compromisso do Governo em apoiar esforços para proteger e melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem académicos, de forma a favorecer a participação em redes internacionais de ensino superior, e de forma a permitir o reconhecimento total das instituições e dos graus de ensino superior portugueses;
- O reconhecimento, por parte do Governo, de que os desafios inerentes à manutenção da qualidade, responsividade e competitividade no âmbito do ensino superior são a principal prioridade, face ao passado de níveis de expansão, mudança e diversidade sem precedentes no sector em Portugal;
- A estratégia do Governo em promover um sistema de ensino superior diversificado, que abranja públicos heterogéneos e que seja capaz de alargar o número total de estudantes em Portugal, de forma a permitir promover a qualidade nos vários tipos de instituições (i. e., politécnicas ou universitárias);
- O compromisso do Governo em reconhecer a crescente importância da investigação, do desenvolvimento e da inovação na sociedade do conhecimento, no sentido de aumentar o apoio à investigação e ao desenvolvimento no sector do ensino superior, para assim atingir os mais altos padrões de qualidade internacionais e promover a transferência dos resultados desta investigação. Tudo isto com o propósito de apoiar melhor o progresso social, cultural e económico, e manter a ligação integral entre investigação e ensino e o seu desenvolvimento equilibrado nas instituições de ensino superior;
- O compromisso do Governo em desenvolver procedimentos e processos de garantia de qualidade, em consonância com as melhores práticas internacionais, e em facilitar a realização de avaliações da eficácia das agências de garantia de qualidade, dos respectivos procedimentos e dos resultados;
- O compromisso do Governo em melhorar o acesso de novos públicos ao ensino superior e aumentar a oferta de aprendizagem ao longo da vida.

2. Enquadramento legislativo

O Governo, através do MCTES, estabelece e implementa procedimentos para a garantia da qualidade, e providencia a avaliação da eficácia destes procedimentos, de acordo com a Lei da Avaliação (Lei n.º 38/94, de 21 de Novembro; Decreto-Lei n.º 205/98, de 11 de Julho; e Decreto-Lei n.º 88/2001, de 23 de Março), e outros instrumentos legislativos em vigor aquando da realização da avaliação.

O CNAVES tem a função estatutária (Decreto-Lei n.º 205/98, de 11 de Julho) de dar apoio e assegurar a credibilidade do processo de avaliação do ensino superior, bem como a de avaliar e divulgar os procedimentos de garantia da qualidade.

A Lei de Avaliação (Lei n.º 38/94, de 21 de Novembro) determina que a avaliação do ensino superior inclua procedimentos de avaliação interna e externa, estando esta última a cargo de “Instituições Representativas”, das quais fazem parte:

- A *Fundação de Universidades Portuguesas*, FUP,
- A *Associação dos Institutos Superiores Politécnicos Portugueses*, ADISPOR,
- A *Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado*, APESP.

Além disto, estes procedimentos devem ser complementados com uma avaliação global do sistema de ensino superior (Lei n.º 38/94 de 21 de Novembro – cf. o artigo 9.º, n.º 3), que nunca foi efectuada.

A acreditação do sistema de ensino superior foi atribuída (v. a Lei n.º 1/2003, de 6 de Janeiro – cf. o artigo 36.º, n.º 2) às “Instituições Representativas” anteriormente responsáveis pelo processo de avaliação, ainda que a sua prática não tenha sido regulamentada e, portanto, não pudesse ser implementada. Como resultado, torna-se necessário que a acreditação do sistema do ensino superior seja delineada, regulamentada e implementada, de acordo com as actuais orientações europeias e internacionais.

3. Objectivos

A manutenção de um sector de ensino superior de alta qualidade, que possa ser equiparado com outros a nível internacional, é um pré-requisito essencial para alcançar o objectivo estipulado pelo Governo de garantir a qualificação dos portugueses no espaço europeu.

A avaliação deverá envolver de forma gradual todas as instituições portuguesas de ensino superior, públicas e privadas, universitárias e politécnicas. O exercício dará especial atenção aos seguintes tópicos:

- As principais características, positivas e negativas, das instituições portuguesas de ensino superior no contexto europeu, bem como a respectiva eficácia e o correspondente estado de desenvolvimento;
- O nível de autonomia institucional e os mecanismos de governação e gestão, com sugestões para melhoria;
- A capacidade institucional para a adaptação e a mudança, com ênfase nas estratégias de resposta aos crescentes desafios postos às instituições de ensino superior;

- O acesso ao ensino superior, incluindo o modo como os estudantes são recrutados, os mecanismos de admissão e a medida em que as instituições respondem aos desafios emergentes da aprendizagem ao longo da vida e da necessidade de aumentarem a base de conhecimento da população portuguesa e de se abrirem a novos públicos;
- Os mecanismos de saída do sistema de ensino superior, incluindo o tipo e a relevância dos diplomas disponíveis;
- As metodologias e os procedimentos utilizados na distribuição dos recursos e o nível de financiamento;
- Recomendações para promover a racionalização e a diversificação das instituições.

4. Termos de referência

As avaliações institucionais são requeridas directamente à *Associação Europeia das Universidades*, AEU, pelos estabelecimentos portugueses de ensino superior, público e privado, e suas unidades orgânicas. As avaliações são realizadas pela AEU, que contará com o apoio da *Associação Europeia de Instituições de Ensino Superior*, EURASHE, e de peritos provenientes dos Estados Unidos e / ou do Canadá e / ou da Austrália.

O principal objectivo desta tarefa é o de proporcionar às instituições nacionais de ensino superior experiência no campo da avaliação institucional, de acordo com as melhores práticas europeias. Este processo apoiará as instituições portuguesas de ensino superior no aperfeiçoamento dos seus mecanismos de governação e de gestão, e no desenvolvimento contínuo dos respectivos procedimentos de garantia da qualidade, para que estes vão ao encontro dos melhores padrões e das melhores práticas. Este processo contribuirá, igualmente, para o desenvolvimento de um sistema nacional para a acreditação do ensino superior em consonância as melhores práticas mundiais.

A avaliação das instituições será efectuada individualmente de acordo com a prática corrente da AEU para a avaliação institucional. Nas avaliações individuais, é, contudo, necessário dar especial atenção aos tópicos a seguir indicados, para que a AEU possa produzir um relatório nacional final incluindo esses tópicos:

- As principais características, positivas e negativas, das instituições portuguesas de ensino superior no contexto europeu, bem como a respectiva eficácia e o respectivo estado de desenvolvimento;
- O nível de autonomia institucional e os mecanismos de governação e gestão, com sugestões para aperfeiçoamento;
- A capacidade institucional para a adaptação e mudança, com ênfase nas estratégias de resposta aos crescentes desafios com que as instituições de ensino superior se deparam;

- O acesso ao ensino superior, incluindo o modo como os estudantes são recrutados, os mecanismos de admissão e a medida em que respondem os desafios colocados à aprendizagem ao longo da vida, e à necessidade de aumentar a base de conhecimento da população portuguesa, bem como para ajudar a abrir as portas do ensino superior a novos públicos;
- Os mecanismos de saída do sistema de ensino superior, incluindo o tipo e a relevância dos diplomas disponíveis;
- As metodologias e os procedimentos utilizados na distribuição dos recursos e o nível dos financiamentos;
- Recomendações para promover a racionalização e a diversificação das instituições;
- As ligações com o mundo exterior, i. e., com outras instituições de ensino superior, bem como com outros actores sociais e industriais;
- A capacidade de facilitar oportunidades de emprego científico, nomeadamente de jovens investigadores e docentes;
- O equilíbrio entre a investigação e o ensino.

Abordagem à avaliação

A avaliação institucional é requerida directamente à AEU numa base voluntária pelos estabelecimentos portugueses de ensino superior, público e privado, e suas unidades orgânicas. É desejável que durante o primeiro ano sejam avaliadas cerca de dez instituições, tendo em consideração a diversidade do sistema nacional de ensino superior. Assim deverão ser consideradas instituições públicas e privadas, universitárias e politécnicas, devendo o exercício combinar a avaliação de instituições que já se submeteram a processos de avaliação institucional realizados pela EUA nos últimos quatro anos, assim como outras instituições ainda nunca avaliadas. O exercício deverá evoluir nos anos seguintes.

Linhas de orientação

A avaliação será realizada de acordo com o guião da AEU para avaliações institucionais, a não ser que a AEU decida introduzir as mudanças que ache necessárias para que a atenção recaia, de forma crescente, na análise dos tópicos indicados, nestes termos de referência. As visitas das equipas de avaliação da AEU incluirão contactos com estudantes, professores e pessoal não docente, bem como com instituições externas (p.ex., sindicatos, empresas, organizações governamentais)

Resultados:

Relatórios institucionais preliminares

A AEU submeterá a cada instituição individualmente um relatório preliminar que se baseará na visita efectuada à instituição. A instituição poderá responder, seguindo a prática corrente da AEU.

Relatórios institucionais finais

A AEU submeterá a cada instituição individualmente um relatório final, de acordo com as respectivas práticas, os quais deverão ser tornados públicos.